

# UNIVERSIDADES MEDIEVAIS: ENTRE AUCTORITAS E POTESTAS

Cícera Leyllyany F.L.F. Müller<sup>1</sup>

**Resumo:** Desde seu florescimento, as universidades medievais sempre foram objeto de desejo dos poderes que regiam a Europa cristã medieval do século XIII. Esse período foi de profundas transformações no cotidiano medieval e tanto o poder espiritual (*auctoritas*), personificado na figura papal, quanto o temporal (*potestas*), representado principalmente pelo imperador do Sacro Império Romano, disputavam a monopolização dos grandes centros intelectuais. É nosso objetivo expormos aqui algumas considerações acerca das universidades, suas transformações no meio social e intelectual e a querela entre os papas e os reis do Sacro Império Romano desse período específico, pelo domínio do saber.

**Palavras-chave:** Universidades medievais; *Auctoritas*; *Potestas*.

**Abstract:** Since their inception, medieval universities have always been the object of desire of the powers that governed medieval Christian Europe in the thirteenth century. This period was one of profound changes in medieval daily life, and both the spiritual figure (*auctoritas*) portrayed in the pope character, and secular (*potestas*) represented by the emperor of the Holy Roman Empire, vied to monopolize these great intellectual centers. It is our aim here to expose some considerations about the universities, their transformations in the social and intellectual environment and the quarrel between the popes and kings of the Holy Roman Empire of this specific period for the domain of knowledge.

**Keywords:** Medieval universities; *Auctoritas*; *Potestas*.

---

<sup>1</sup> A autora é mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHis), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), desenvolvendo o projeto de pesquisa intitulado "Discurso e controle do corpo na *Suma Teológica* de Tomás de Aquino (século XIII)", com apoio institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman. Email: cissal.muller@gmail.com

## Introdução

Atualmente, em nosso país, as universidades federais tem sido alvo de medidas governamentais que comprometeram pesquisas, segurança, salubridade e a própria residência local de alunos oriundos de outros estados, nas universidades a qual faziam parte. Os menos informados fariam que voltamos à Idade Média, tentando fazer alusão à uma frase que ficou célebre em um período historiográfico que possuía uma visão totalmente equivocada sobre o que realmente havia sido o medieval, em especial, o referente à educação. Mal sabem eles que, na verdade, foi esse o período em que se estabeleceram as universidades, mais especificamente no século XIII, momento do surgimento das corporações de ofício. E elas, as universidades, eram em si corporações do saber. No entanto devemos salientar que as escolas, sempre estiveram presentes na Europa e mais particularmente, a partir do século XII com o Renascimento dos Capetos.

Desde a década de 80, historiadores tem se dedicado a pesquisar com mais afinco as universidades medievais, como é o caso de Jacques Verger (1990; 2001), Jacques Le Goff (2016) e Teresinha de Oliveira (2010; 2011; 2013). Verger tem três obras que versam especificamente sobre a temática; Le Goff, em *Os intelectuais da Idade Média* (2016), aborda o assunto de modo mais direto. Já, em outras obras, como, por exemplo, nas que ele aborda a temática das cidades e da economia medieval, o assunto das universidades é ressaltado por elas serem, segundo ele, fruto do momento de transformações agudas na sociedade medieval.

Oliveira, que se dedica à pesquisa em História da Educação, se debruça, entre outros assuntos, sobre o auge da escolástica no século XIII. A escolástica, como metodologia pedagógica das instituições medievais de ensino, é um dos assuntos mais pesquisados pela autora e por seus orientandos, assim como, também, se dedicam a Tomás de Aquino, que é próprio do período e uma das referências ao se falar de universidades medievais e escolástica.

A área do saber no medieval foi bem diferente do que alardeava a visão positivista. Na verdade, as universidades foram locais de um profundo desenvolvimento intelectual, influenciando de modo significativo a vida da população da Europa cristã. É até mesmo possível afirmar que por sua causa houve uma certa mobilidade social entre os séculos XII e XIII entre os camponeses mais abastados.

Graças aos programas ministrados em seus pátios, formulou-se um modo de aliar a fé e a razão. Isso porque mestres e alunos passaram a ter um contato mais intenso com obras clássicas do mundo grego, romano e árabe. Essas obras transformaram de modo significativo todo o arcabouço intelectual, assim como, também, o próprio modo de se interpretar as escrituras sagradas cristãs.

As universidades alcançaram, no século XIII, seu ponto alto. Era delas que saíam os homens mais capacitados para atuarem em diversos cargos laicos e religiosos. Essa massa de senhores letrados acabou por despertar a cobiça entre aqueles que detinham a *auctoritas* e a *potestas*. Esses, durante séculos, tentaram, cada um à sua maneira, dominar os grandes centros de ensino, principalmente o de Paris e o de Bolonha.

De acordo com o Dicionário de Latim-Português (1998, p. 147), a palavra *auctoritas* significa, entre outros, “[...] autoridade moral, influência, prestígio, importância[...]; já, *potestas*, na mesma obra, tem o significado de “[...] poder (político), poder legal, dignidade, poder de magistrado, magistratura, função, cargo[...].” (1998, p. 903).

Em nossa língua, e no sentido jurídico atual, esses termos são tidos, praticamente, como sinônimos, mas, em sua matriz linguística e no Direito Romano, onde foram cunhados, eles possuíam concepções distintas. José Antônio de Souza (1995, p. 75), aponta que:

*Auctoritas* designava a própria fonte do poder, una e indivisível, enquanto *potestas* significava uma fração da autoridade proveniente da mesma e exercida por alguém. O supremo mandatário romano era detentor da *auctoritas*, enquanto, por exemplo, os governantes das províncias, os *duces*, os *praetores*, e até mesmo os reis bárbaros, exerciam somente a *potestas*.<sup>2</sup>

159

Segundo Rui Dias (2010, p. 5-7), esses dois conceitos foram utilizados pelo papa Gelásio I (492-496) na epístola de número 8 (496), destinada ao imperador Anastácio, com o intuito de clarificar e teorizar sobre o poder espiritual e o temporal.

O pontificado de Gelásio I se encontrava em um momento em que os povos germânicos estavam migrando para várias províncias romanas, trazendo instabilidade política e religiosa. Na parte ocidental, os povos germânicos estavam adentrando as províncias romanas; no oriente, o império, às voltas com a questão da ortodoxia, com o monofisismo e com as novas interpretações religiosas, tentava conter ondas heréticas (DIAS, 2010, p. 5). Toda essa turbulência religiosa fez com que o papa tomasse posições muito contundentes em relação a essa situação.

Segundo Souza (1995, p. 72), Gelásio I declarou que:

[...] o sucessor de Pedro e seus herdeiros exercem o primado sobre as igrejas particulares. O imperador, mesmo sendo cristão e desfrutando de um poder ímpar, não tem o direito de se imiscuir e interferir em assuntos eclesiásticos, devido a não possuir competência e direito para tal (SOUZA, 1995, p. 72).

No período em que a epístola 8 foi escrita, a relação entre o papado e o imperador

---

<sup>2</sup> Grifo nosso.

Anastácio era delicada, então, segundo Souza (1995, p. 74), o sumo sacerdote teria dito ao imperador:

[...] são principalmente dois os poderes através dos quais se governa o mundo: a *auctoritas sacrata* dos pontífices e o *poder real*. Destes dois, é mais grave o peso dos sacerdotes, pois estes deverão prestar contas na ocasião do julgamento divino, inclusive pelos próprios reis da humanidade. —Na verdade, tu sabes, filho clementíssimo, que em razão de tua dignidade és o primeiro de todos os homens e o imperador do mundo, todavia sê submisso aos representantes da religião e suplica-lhes o que é indispensável para tua salvação. —Com efeito, no que se refere à administração dos sacramentos e à disposição das coisas sagradas, reconhece que deves submeter-te à sua orientação e não seres tu quem deva governá-lo, e assim nas coisas da religião deves submeter-te ao seu julgamento e não querer que eles se submetam ao teu. Ora, no tocante ao governo da administração pública, os próprios sacerdotes, cientes de que o poder te foi conferido pela vontade divina, obedecem às tuas leis, pois no que se refere às coisas do mundo não lhes agrada seguir orientação diferente.<sup>3</sup>

Podemos perceber, mediante os argumentos citados, que o papa evidenciou ao imperador o que cabia a cada um. Ao clero, mais especificamente ao papa, cabia os assuntos espirituais, já ao imperador, os assuntos de cunho legal perante a lei dos homens, ou seja, o poder temporal.

160

Foi a partir de tal documento que ficou claro até onde poderia atuar o clero e o laicato real. Gelásio I sabia que a figura do imperador era importante para a organização social, principalmente porque segundo a crença da época, ele era instituído por Deus para tal cargo. O papa queria que houvesse uma sintonia entre ambos, mas desde que ficasse claro para Anastácio que o poder espiritual era autoridade máxima no mundo. É a partir desse panorama que Gelásio vai anexar à concepção cristã os conceitos de *auctoritas* e *potestas* (DIAS, 2010, p. 6-7).

Os termos supracitados não eram estranhos aos ouvidos dos letrados cristãos da época. Eles eram usados desde o século V no império, devido ao Direito Romano e a própria estrutura hierárquica dos poderes imperiais. Como aponta Dias (2010, p. 7), eles começaram a ser usados pela cristandade no evento que ficou conhecido como *imitatio imperii* (imitação do império).

Para compreendermos melhor o que significa essa expressão, recorreremos a Girolano Arnaldi. Ele nos explica que para representar a autoridade dos sucessores do apóstolo Pedro, o papa Gelásio utilizou-se do termo *principatus* (principado), oriundo da palavra *princeps* (príncipe), para dar legitimidade legal ao cargo. Esse primado

---

<sup>3</sup> Grifo nosso.

seria então um dos pontos altos da “imitação do Império” que a Igreja romana havia empregado (ARNALDI, 2017, v. I, p. 633-634).

Não é nosso intuito aqui traçar o longo processo que levou a Igreja cristã a desenvolver a teoria da imitação do Império, o que seria interessante, mas dado o nosso enfoque nesse artigo, se faz necessário somente evidenciar que esse processo tem base na “Doação de Constantino”. Foi desse documento que o papado retirou os argumentos para colocar-se como poder supremo na terra. Outro ponto digno de nota é que os Estados não aceitaram isso facilmente.<sup>4</sup> Em contra resposta à *imitativo imperii*, eles criaram seu equivalente, a *imitativo sacerdotii* (imitação do sacerdócio). Isso nos mostra que os reis não aceitaram de bom grado todo o poder que a Igreja almejava obter.

As decisões dos concílios também não agradavam aos imperadores e eles começaram a publicar decretos que propunham suaves interpretações evolutivas dos cânones mais controversos da Igreja cristã. Essa medida, diante dos olhos dos eclesiásticos, comprometia a *Definitio fidei* (Definição da fé), que havia sido firmado em 451 no Concílio de Calcedônia contra o imperador Zenão. A partir desse concílio é que ficou conhecido a doutrina dos dois poderes: a *auctoritas sacrata pontificum* (a autoridade santa pontífices) e a *regalis potestas* (o poder real).

Apesar de tudo, não era intenção do papa estabelecer um poder hegemônico sobre o outro, mas que ambos compreendessem que eram forças complementares e necessárias, cada uma dentro de sua seara, para o bom funcionamento da sociedade cristã. Eles – Papa e Imperador – tinham que se ajudar para o correto cumprimento de suas funções. Era dever do Estado garantir a estabilidade do império e combater as heresias para que a Igreja pudesse ter um ambiente tranquilo para exercer seu ofício (DIAS, 2010, p. 7).

161

## O início das universidades

As universidades medievais tiveram seu auge no século XIII, momento em que a Europa vivia um período de inúmeras transformações, principalmente, no que se refere ao desenvolvimento urbano, comercial e intelectual. Elas são “filhas” da cidade, as quais possuíam um tamanho pequeno, eram marcadas pela abundância, mas rodeadas de grandes espaços pouco habitados.

---

<sup>4</sup> Documento datado de 337 d. e. c, onde supostamente o imperador Constantino deixou as terras do império Romano ocidental para a Igreja Católica. Através dele, a alta cúpula clerical pode fazer frente ao poder dos reis se impondo como maior autoridade política e religiosa do período. Séculos mais tarde a veracidade desse documento seria colocada em xeque por Lorenzo Valla (século XV) que constatou sua falsidade.

Ela, a cidade, era um local de comércio ativo, tendo em vista que se articulava ali trocas de produtos artesanais por gêneros alimentícios, também era espaço de muito trabalho, de muito luxo, beleza, diversão, negócios e riquezas. O espaço citadino era circundado por grandes torres e muralha, que para adentrá-las, era preciso passar por grandes portas, corredores e praças. Ela era um organismo social e político, onde vários grupos sociais conviviam, sendo que os mais abastados governavam uma população unânime e solitária (LE GOFF, 2017, p. 252).

O desenvolvimento da universidade medieval começa um século antes do seu ápice, mas é preciso salientar que, desde os tempos da Grécia e da Roma antigas, já existiam grandes escolas que ficaram conhecidas por terem filósofos e juristas importantes, porém, é no medievo que essas antigas escolas, que tiveram um apagamento durante os séculos de surgimento e estabelecimento do cristianismo, terão seu prestígio e importância retomados.

Desde o final século X, os mosteiros europeus já possuíam escolas dentro de seus pátios a fim de letrarem seus oblatos e monges para que pudessem se aprofundar nas exegeses bíblicas.<sup>5</sup> Até então, somente os pertencentes de cada congregação poderiam participar das aulas, que eram lecionadas pelos monges mais velhos. Posteriormente, em meados do século XII, esse panorama começará a mudar e o número de *studium* aumentará (VERGER, 1990, p. 19-25).<sup>6</sup>

162

Desde o início do século XII, as escolas particulares italianas eram as mais afastadas do clero. Neste período, já existiam as grandes escolas de Ravena, Roma, Pádua e Salerno. Nelas ensinava-se as Artes liberais, Notarial, Direito prático e Medicina.

Acreditamos, assim como Verger (1990, p. 19), que a proximidade geográfica de Salerno com o mundo árabe contribuiu para que esse local se tornasse um grande centro do conhecimento médico. Desde o século V a. e. c, essa região já era povoada e possuía uma forte atividade marítima fazendo ligações com diversos povos, como, por exemplo, árabes, gregos, latino e judeus.<sup>7</sup> Durante o Império Romano, a região ganhou mais notoriedade, tornando-se o centro administrativo de duas províncias (Lucânia e Brucio), mas, justamente por ser um caldeirão cultural, seu quadro político era instável. Essa profusão acabou por gerar, no século X, o maior centro médico do mundo ocidental. Sua grandeza e importância a fez ser chamada de “mãe das universidades” (MASIERO, 2016, p. 28).

---

<sup>5</sup> Oblato, segundo Torrell (2015, p. 6), era, e ainda é, um voto religioso. Ele poderia começar em idade muito tenra e deveria ser renovado mais tarde pelo indivíduo quando esse já tivesse idade para tal, tendo em vista que geralmente os oblatos eram levados pela família, ou seja, era um voto que precisava de renovação.

<sup>6</sup> Instituição de ensino superior.

<sup>7</sup> Referente a “antes da era comum”, ou seja, antes de Cristo. Em nossas análises não utilizamos mais a segunda expressão por acharmos que ela carrega em si uma imparcialidade religiosa.

Se cruzarmos as informações de Verger (1990) com as de Masiero (2016), chegaremos à conclusão que a Escola Salernista pode ter se tornado uma grande escola de práticas médicas graças, justamente, à falta de atuação clerical, já que as escolas italianas eram particulares e, por isso, possuíam uma maior liberdade na forma de ensino. Aliado a isso, também devemos nos lembrar que essa cidade tinha um forte contato com o mundo árabe e, assim como afirma Verger (1990, p. 23-25; 2001, p. 141-142), os árabes possuíam inúmeros tratados médicos que foram traduzidos e incorporados à cultura ocidental cristã.

Na escola salernista a medicina evoluiu de modo significativo, chegando a ter aulas de dissecação, atividade que demorou a ser aceita pela Igreja cristã. Outro ponto relevante foi a presença de mulheres que estudavam e até mesmo lecionavam nessa escola, em especial Trotula de Ruggiero. Ela se tornou um dos nomes mais emblemáticos da escola, vindo a ser formar e atuar como professora na mesma (MASIERO, 2016, p. 28).<sup>8</sup>

Como já mencionado, excluindo o território da península Itálica, o restante da Europa possuía escolas clericais. Paris, por exemplo, desde o século XI já contava com escolas, e sempre possuiu expressividade maior em relação às outras cidades. Pietro Abelardo, figura importante para a escolástica medieval, estudou e lecionou em escolas parisienses e teve um papel atuante dentro do desenvolvimento das unidades de ensino no século XII, período em que as escolas começam a se multiplicar e a se laicizar (VERGER, 1990, p. 33-34).

## O auge das Universidades

Como já havíamos mencionado, as universidades medievais são corporações do saber, originárias do século XIII, e isso não se deu unicamente por uma causa, mas sim por um conjunto de fatores que fizeram do período um momento impar dentro da história medieval. Um argumento é unânime entre os pesquisadores: as universidades são produto do avanço citadino.

Jacques Le Goff, em *O apogeu da cidade medieval* (1992), defende que entre meados do século XII até meados do século seguinte, o cristianismo latino chegou ao seu ápice. A França ocupou o título de local mais desenvolvido; a economia que acontecia essencialmente nas cidades obteve seu ponto alto nos mercados citadinos;

---

<sup>8</sup> Dentro do meio acadêmico a uma forte discussão sobre a existência de Trotula. No entanto a autora afirma que a figura da médica salernista só foi questionada a partir do século XIX, que a própria faculdade de Salerno defende que a existência de Trotula, como a médica também era conhecida, e que inclusive chegou a lecionar na faculdade.

elas, as cidades, foram palco das manifestações e mola propulsora da cultura medieval.

Esse período também foi o tempo do surgimento das corporações, ou *universitas*, como também eram conhecidas. Esse era o termo que melhor representava a ideologia da cidade. E, podemos afirmar, que era “[...] um grupo de indivíduos dotados de características comuns que lhes conferem uma certa unidade e considerados por isso mesmo como um conjunto tanto em sua ação própria quanto em sua atitude para com o que é exterior ao grupo” (LE GOFF, 1992, p. 82).

Para compreendermos melhor o que foram as universidades, primeiramente é preciso saber que no período medieval elas representavam, ao mesmo tempo, o *studium* e a *universitas*. O primeiro termo era referente a um estabelecimento de ensino superior, já o segundo, indicava uma organização corporativa que tinha como objetivo garantir a autonomia do primeiro.

É preciso salientar que cada universidade possuía uma realidade distinta das demais. Em Paris, por exemplo, cabia aos mestres estarem à frente da instituição, mas, em Bolonha era os discentes que tinham a última palavra. Na universidade de Toulouse, no entanto, os dois grupos, mestres e alunos, tomavam as decisões em conjunto (VERGER, 1990, p. 48).

Até o século XII, à frente de cada *studium* estava um *magister scolasticus*, que representava um bispo. No século seguinte, o *scolasticus* será chamado de chanceler e se tornará uma das forças eclesiásticas que se oporá as *universitas*.<sup>9</sup> Para além do chanceler, as universidades possuíam outros adversários que tentavam a todo momento tomar para si o monopólio das instituições, para assim aumentarem seu poder sobre a sociedade.<sup>10</sup> O chanceler, até o final do século XII, possuía o direito de conceder a *licencia docendi* àqueles que julgava capaz de lecionar, mas, no século XIII, o papa retirou essa licença das mãos dos chanceleres e criou a *licencia ubique docendi*, de valor universal, que somente ele, o sumo sacerdote poderia conceder (VERGER, 1991, p. 22-55).

O *studium*, a partir de meados do século XII, devido a todo o seu crescimento, tanto quantitativo como qualitativo, despertou diversos interesses, principalmente o papal. Várias foram as bulas emitidas pelos papas, que garantiam aos estudantes privilégios que não agradavam aos poderes leigos, principalmente o comunal. Os participantes da comuna (burgueses) ficavam irritados com uma parcela dos estudantes que praticavam crimes pela cidade e não eram punidos legalmente. Soma-se a isso os impostos sobre

---

<sup>9</sup> Jacques Le Goff (2016, p. 94) salienta algumas figuras de poder na sociedade medieval que tentavam controlar e até mesmo combater os universitários. Eram eles: o bispo, o chanceler, as comunas com os burgueses e os soberanos.

<sup>10</sup> Utilizamos do conceito de poder de Norbert Elias (2000), que defende que o poder se dá nas relações cotidianas. Sendo ele algo abstrato, mas que permeia todas as relações sociais.

os aluguéis que sempre era mais baixo e o valor máximo sobre gênero alimentício que poderia ser cobrado a eles. Mas todos os benefícios dados aos universitários tinham um objetivo muito claro: a monopolização da força universitária (LE GOFF, 2016, p. 92-98).

A população universitária, de modo geral, formava um grupo muito coeso e determinado, não por acaso, conseguiram levar à frente uma greve em Paris que durou dois anos (1229-1231). Os universitários não se caracterizavam como um grupo homogêneo, pois possuíam algumas rixas entre si, mas, quando seus direitos eram ameaçados, todas as diferenças eram postas de lado e eles se uniam em prol de um bem comum. Mas esse grupo tão coeso, tinha um ponto fraco: as Ordens Medicantes. Elas, desde a fundação, estavam inseridas nas universidades, mas se viam enquanto um grupo específico. Logo após sua entrada nos *studium*, uma nova querela se formou, a dos regulares contra os estudantes leigos e seculares.<sup>11</sup>

Os monges franciscanos e dominicanos foram inseridos dentro da realidade universitária no início do século XIII, e a princípio foram bem aceitos, tanto que o papa Honório III parabenizou a universidade de Paris por aceitar a Ordem Dominicana. Mas essa realidade logo mudaria. Os dominicanos, que tinham como um dos seus objetivos principais a capacitação intelectual mais aprofundada para melhor combater as heresias, eram muito fiéis à santa Sé e não aderiram completamente às pautas reivindicatórias das universidades. Isso acabou por gerar uma animosidade entre os ordenados e os estudantes. Por isso, entre os anos de 1252 e 1360, houve vários embates entre os universitários leigos, seculares e regulares (LE GOFF, 2016, p. 128-130).

A contenda entre os estudantes regulares, seculares e leigos não era somente pela falta de adesão às causas universitárias, mas sim a um conjunto de insatisfações. Os regulares, ligados as ordens medicantes, eram acusados pelos seculares e leigos de não obedecerem aos estatutos que os amparavam legalmente. Também recaía sobre eles a acusação de logo após se formarem em Teologia, darem aulas sem terem o título de Mestre em Artes, algo que não era pedido para os demais alunos.

A falta de corporativismo dos dominicanos no período de greve deixou mestres e alunos muito enfurecidos. Eles não só não aderiram ao movimento grevista, como continuaram suas atividades acadêmicas normalmente, mesmo tendo ciência de que o ato era reconhecido pelo papa e garantido pelos estatutos que os amparava legalmente. Os monges eram acusados de não serem verdadeiros universitários, sempre colocando a vida monacal à frente dos estudos. Eles também tentavam aliciar estudantes,

---

<sup>11</sup> O regulares eram referentes aos monges. A esses era dever repassar suas regras monásticas para o mundo. Já os seculares eram os clérigos que não viviam dentro dos mosteiros, como, por exemplo, os bispos, arcebispos, padres e o papa. Os leigos por sua vez, apesar de ao entrarem nas universidades estarem se enquadrarem dentro de uma normatização clerical, ao terminarem o curso, muitos não seguiriam a vida religiosa.

tentando levá-los para as ordens. Outro ponto que deixava os universitários muito incomodados com a presença dos mendicantes nas instituições de ensino superior era o fato deles viverem de esmolas. Essa prática os impedia de cobrar pelas eventuais aulas que poderiam dar. Quando eles lecionavam, pediam doações em vez de um valor monetário fixo. Isso atraía mais alunos, criando uma concorrência desleal para mestres e alunos que cobravam por seus serviços (LE GOFF, 2016, p. 131-134).

## O método utilizado

Quando falamos de universidades no século XIII, temos que deixar claro que nelas floresceu um método de ensino baseado na dialética aristotélica, que, segundo Viana e Oliveira (2011), não pode ser depurada a um simples método intelectual. Na verdade, ela foi a “[...] essência do pensamento medieval da qual os homens desse tempo obtinham os saberes e valores para regulamentar suas relações sociais” (VIANA; OLIVEIRA, 2011, p. 5721).

Podemos admiti-la como um conjunto de métodos, opiniões e doutrina que obteve seu auge nas *universitas*, e, por isso mesmo, ganhou o nome de escolástica. Devido ao fato de estarem localizadas dentro dos centros de ensino urbanos, as universidades possuíam um forte caráter social, estando em consonância com os anseios políticos e sociais (LUPI, 2013, p. 172)

A escolástica, apesar de estar associada às universidades medievais, possui um longo processo de desenvolvimento. Ela tem fortes bases na filosofia grega e é herdeira das técnicas expositivas e argumentativas. Da filosofia romana a escolástica angariou para si uma nova forma argumentativa, baseada na filosofia grega que trabalhava muito no campo das ideias, mas, também, trazia a baila uma forma prática e concreta de se pensar racionalmente.

A linguagem do método filosófico romano era mais próxima do povo, o que a tornava mais inteligível para os interessados em se aprofundar nos assuntos do saber. É dela que nasce o *Trivium* (Dialética, Gramática e Retórica) e o *Quadrivium* (Astronomia, Música, Geometria e Aritmética), disciplinas que serão utilizadas no *studium* medieval. Essas disciplinas, que podem ser referenciadas como as “faladas e as calculadas”, ganharam uma interpretação filosófica cristã dentro das grandes escolas medievais (LUPI, 2013, p. 174).

Não podemos, desse modo, encarar a universidade como unitária, e sim como um conjunto de várias faculdades, a saber: a de Artes (Filosofia), Direito (canônico e civil), Medicina e Teologia. A peculiaridade dessa corporação do saber é justamente

reunir em um único corpo pontos de vista tão diferentes que formava um ser disforme que possuía quatro cabeças: Teologia, Filosofia, Direito e Medicina. A escolástica também não possuía somente uma única forma. Cada faculdade possuía uma forma particular do método escolástico. O mesmo acontecia com o escolástico que mesmo pertencendo a uma única faculdade não era limitada e indivisível, ele sempre era um especialista por natureza.

A escolástica dividia-se em quatro partes distintas: filosófica, teológica, médica e jurídica. A filosófica era a que possibilitava a unidade das demais. O aluno deveria primeiro passar pela faculdade de Filosofia/Artes para depois ir para aquela, na qual desejava se aperfeiçoar. Então, todos os universitários europeus possuíam uma base aristotélica, mas não devemos pensar que todos gostavam ou aceitavam de bom grado os textos do estagirita (ALESSIO, 2017, 415-417).

Sobre o fundador da escolástica, há algumas divergências. Alguns historiadores atribuem sua fundação ao clérigo francês Roscelino, outros a Anselmo de Cantuária. Mas sobre sua importância e estrutura, as informações são compatíveis. Ela possuía algumas dinâmicas entre mestres e alunos, ou até mesmo entre mestres e população civil, que visavam o exercício argumentativo, respondendo perguntas teológicas de complexidade variada. De acordo com Alfredo Storck (2003), fazendo eco a Pierre Chantre, um teólogo no século XIII tinha três tarefas fundamentais: ser leitor, participando de um curso onde a *lectio* (lição) era utilizado; assistir ou participar ativamente de uma *disputatio* (disputas); e realizar um *praedicatio*, ou seja, um sermão. <sup>12</sup>Seguindo esses passos, o teólogo se equipararia a um construtor de edifícios, onde a fundação seria a *lectio*, as paredes seriam as *disputationes* e o teto, o *praedicatio*.<sup>13</sup>

O método escolástico evidencia a *auctoritas* do mestre, tendo em vista que é ele que tem o poder de ação na *lectio*. Nela havia três momentos que sempre eram desenvolvidos do mesmo modo e na mesma ordem. Primeiramente, havia uma leitura em voz alta de um trecho de determinada obra; em seguida esse texto era apresentado aos alunos, no qual era ressaltada a sua estrutura, ao mesmo tempo em que chamava a atenção para algumas frases que o mestre julgava interessantes; em terceiro lugar, eram expostas as partes que o docente achava serem mais difíceis de compreender;

---

**12** De acordo com Verger (2001, p. 268) a *lectio*, assim como a *disputatio*, era uma das práticas pedagógicas usuais expressivas da escolástica. Ela consistia em uma leitura profunda e sistematizada dos textos basilares de cada disciplina. Somente autoridades no assunto entravam na bibliografia base de cada uma. Na *lectio* dissecava-se o material a fim de o conhecer para além da superficialidade inicial de uma leitura comum e menos apurada. Primeiramente o comentador (pessoa que iria ler o texto) apresentava a obra de maneira geral (*divisio*), em seguida era dado a credencial da autoria e o objetivo geral do texto (*intentio*). A última etapa era composta por duas partes: uma era a paráfrase sistemática da obra (*expositio*), já a derradeira, era a investigação de algumas questões juntamente com alguns pontos duvidosos (*dubia*).

**13** Por se tratar de um e-book, não temos como indicar a paginação, mas para uma melhor localização na obra, pode-se consultar o capítulo *A escolástica latina medieval*.

por último, era feito uma discussão detalhada seguida de uma *quaestio* de trechos do texto.

Outra parte importante do método escolástico era a *disputatio*, que podia ser particular e regular, evento em que somente mestres e alunos de determinada faculdade participavam. As públicas, em que o mestre divulgava dia e hora, qualquer um poderia participar e levar questões que deveriam ser solucionadas, não necessariamente no mesmo dia, mas sempre deveria ter uma resolução para a indagação. Já, as extraordinárias, se caracterizam por serem grandes disputas em períodos mais sazonais, geralmente nas datas festivas cristãs mais importantes. Tinham a participação de grandes intelectuais e mestres, como é o caso de Tomás de Aquino, que participou de algumas. Delas saíam as *quaestiones quodlibetales*, ou seja, as questões sobre qualquer coisa. Essas eram ao mesmo tempo um exercício para a capacidade argumentativa do mestre e, também, um momento perigoso, tento em vista que os inimigos dos mestres se aproveitavam do momento para lançarem perguntas extremamente complexas (STORCK, 2003).

De acordo com Storck (2003), nas *disputationes*, para além do mestre, existiam outros dois personagens que faziam parte da dinâmica e que contribuíam para o desenvolvimento das questões. Eram eles: o *opponens* (oponente), que faziam objeções ao questionamento do mestre, e o *respondens* (respondedor), que tinha por função lançar contra objeções a cada vez que o oponente atuasse. E foi dessas formas orais do método que nasceu o gênero textual que resumia todo esse processo argumentativo, ou seja, *sententiae* (sentenças), *Summa* (resumo), ou, ainda, *summa sententia* (sentença resumida).

Martinho Grabmann (1944, p. 5-6) aponta que as sentenças ou sumas eram as obras medievais que continham uma exposição sistemática da teologia. Nos tempos da alta escolástica, o termo mais usual era *sententiae* ou *liber sententiarum*, como era mais empregado, e que no século XII, o termo mais usado era a *Summa in theologiae*, que era um resumo teológico completo. Ela possuía um caráter mais original do que as sentenças, pois designava um conjunto de disciplinas diversas.

Vários teólogos foram autores de sumas, mas a que ficou mais conhecida foi a *Summa Theologiae* (1263- 1274), de Tomás de Aquino. Essa obra exemplifica bem toda a estética e o pragmatismo do método escolástico na sua forma escrita. A *Summa Theologiae* chegou a ser comparada com as grandes catedrais góticas devido à sua grandiosidade, beleza e inovação para o período. De fato, é uma obra monumental, tanto em volume de escrita quanto em relação a profundidade teológica e filosófica (PANOFSKY, 1991, p. 20).

### **As querelas entre *auctoritas* e *potestas***

Como já mencionamos, as universidades foram objeto de disputa entre papas e imperadores. Seleccionamos a querela que aconteceu entre o final do século XII e meados do século XIII.

Apesar dos reis, inicialmente, não terem se interessado pelas universidades, logo perceberam o poder e o perigo que elas poderiam provocar. Principalmente porque, desde o início do estabelecimento das *universitas*, mestres e alunos ganharam inúmeros privilégios concedidos pelo papado, que sempre tentou monopolizar essa massa de intelectuais.

Aos poucos, reis e imperadores foram percebendo que, para além das ameaças sociais, esses homens do saber também traziam riquezas, prosperidade e poder para as cidades onde estavam instalados. Além disso, as universidades também forneciam trabalhadores capacitados para atuarem nos diversos campos de trabalho que se abriram com o renascimento e expansão das cidades e do comércio. Também geravam mão de obra altamente especializada no campo do Direito Romano, sendo assim, os recém-formados eram mais inclinados para a defesa do Estado. Tanto Frederico II, quanto Felipe, o Belo, cercaram-se de legalistas formados nesses grandes centros do saber.

Apesar de todas as confusões que envolveram a guarda real e os estudantes universitários, no século XIII essa relação foi amistosa. Os reis da Inglaterra, França e Espanha fundaram e mantiveram *studium generales*.<sup>14</sup> Mas na maior parte da Europa, os imperadores do século XIII deixaram a Igreja fundar e dominar as instituições de ensino. O imperador que ganhou destaque por tomar uma atitude contrária a maioria dos reis do período foi Frederico II (VERGER, 1990, 114).

De acordo com Bertrand Russell (2016, p. 242-245), Frederico II de Hohenstaufe era neto de Frederico Barba-Roxa (1123-1190), filho de Henrique VI e de Constância, sucessora direta dos reinos normandos da Sicília. Quando Henrique faleceu, Frederico tinha apenas dois anos de idade e para protegê-lo sua mãe o deixou sobre a tutela papal de Inocêncio III.<sup>15</sup> Com tal ato, o papa teve sua supremacia reconhecida.

Após depor Oto IV, Frederico II passou a ser ao mesmo tempo rei da Sicília e imperador do Sacro Império Romano. Inocêncio III, que havia protegido Frederico enquanto criança passou a se beneficiar com o novo título de seu protegido. Quando a mãe de Frederico foi pedir para o papa proteger seu filho, acordos políticos foram

---

<sup>14</sup> Instituições de ensino criadas por reis.

<sup>15</sup> Esse papa foi um dos maiores incentivadores das cruzadas e conseguiu combater os albigenses.

feitos em troca.<sup>16</sup>

Mas ao assumir o posto de imperador, Frederico não levou adiante tudo que havia prometido ao papa. Frederico possuía ascendência germânica e normanda e cresceu em um período social que estava se transformando profundamente. Na região em que nascera havia uma confluência de cultura mulçumana, germânica, italiana e bizantina. Esse *mix* cultural acabou por forjar uma sociedade local moderna em seria a base para o Renascimento italiano, e Frederico também foi embebido dessa profusão cultural. Ele acabou por ser mais cauteloso em relação as cruzadas, em particular as que rumavam á Jerusalém. Devido a isso, ele caiu nas graças tanto de ocidentais quanto de orientais.

Em 1228, logo após ser excomungado pelo sucessor papal de Honório III, a saber Gregório IX, Frederico se casou com a filha do rei normando de Jerusalém e fez negociações na Palestina. Devido às suas medidas reformistas inovadoras e sua forma de pensar avançada, foi chamado de *stupor mundi* (assombro do mundo) (RUSSELL, 2016, p. 242-243).

A relação entre o poder espiritual e o temporal piorou com a morte de Honório e a acessão de Gregório IX como papa, em 1227. Assim que assumiu, o papa excomungou Frederico II por ter se negado a participar da cruzada contra os árabes. Em 1237, o imperador passou por um período de turbulência contra os lombardos e chegou a ser deposto por Inocêncio IV, em 1247. Três anos depois Frederico morreu.

170

Jean-Pierre Torrell (2015, p.13-17) aponta que durante o período do reinado de Frederico II, o imperador fundou um *studium generale* em Nápoles, em 1224, local onde Tomás de Aquino, um dos nomes mais expressivos da escolástica, foi aluno. A família do futuro monge dominicano era vassala do imperador, mas alternavam de lado de acordo com a situação política: ora eram aliados do papa, ora do imperador.

A postura da família do Aquinate e a conjuntura política entre os dois poderes acabaram por influenciar o pensamento do dominicano. Graças às traduções de obras gregas e árabes, produzidas dentro desse e de outros *studiis* italianos, Aquino desde muito cedo, teve contato com as obras clássicas de Aristóteles e desenvolveu um pensamento político que admitia a importância dos poderes espiritual e temporal.

Terezinha de Oliveira (2010, p. 273-275), fazendo eco às palavras de Paulo Nadir, explica-nos que uma das primeiras medidas tomadas pelos imperadores para trazer os estudantes para o seu lado foi tomada no fim do século XII por Frederico I, que pela: “[...] promulgação de uma, constituição, intitulada *Authentica Habita* [...]” (OLIVEIRA, 2010, p. 274) protegia tanto mestres como alunos, principalmente os de Nápoles.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> Para uma melhor compreensão da querela entre Oto IV e Frederico II, pelo poder do Sacro Império Romano sugerimos a leitura de Barros (2009).

<sup>17</sup> Grifo nosso.

Frederico II, em 1220, também criou decretos que protegiam os direitos dos universitários, tendo em vista que o poder clerical não conseguia assegurar todos os direitos reservados aos estudantes em toda a Europa. É nessas brechas que os reis tentaram ganhar a lealdade e a confiança dos universitários, principalmente os do Direito das universidades de Bolonha e de Nápoles. A partir do século seguinte, cada vez mais os poderes espiritual e temporal disputaram a força e o prestígio dos homens do saber.

### **Considerações finais**

Como podemos averiguar, as universidades medievais foram objeto de disputas entre *auctoritas* e *potestas*. Isso devido a todas as vantagens que elas traziam para o local onde estava localizada e para o poder que as monopolizava. Papas e imperadores se empenharam para trazer mestres e alunos para seu lado. Vários foram as bulas e os decretos promulgados para garantir as benesses para os universitários.

Percebemos que a *universitas* não foi um bloco homogêneo do saber, mas sim que, de acordo com cada local, ela variava em tamanho, força, organização e público alvo. Elas foram fundamentais para a difusão do saber na Idade Média em várias áreas, principalmente na Medicina e na Teologia. A escolástica, que foi a metodologia pedagógica empregada dentro das universidades, foi crucial para uma nova forma de se pensar a fé e a razão.

Por fim, podemos afirmar que o medievo não pode ser sinônimo de atraso, muito menos intelectual, tendo em vista que mostramos que as universidades floresceram no auge do desenvolvimento urbano, século XIII, e trouxeram inúmeras melhorias para a população.

### **Referências bibliográficas**

- ALESSIO, F. Escolástica. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C. (Orgs.). **Dicionário analítico do ocidente medieval**. v.1. São Paulo: UNESP, 2017, p. 411-427.
- ARNALDI, G. Igreja e papado. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C. (Orgs.). **Dicionário analítico do ocidente medieval**. v. I. São Paulo: UNESP, 2017, p. 632-657.
- AUCTORITAS. In: FERREIRA, A. G. **Dicionário de Latim-Português**. Porto: Porto, 1998, p. 147.
- BARROS, J. D. Cristianismo e política na Idade Média: relações entre Papado e

Império. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 7, n. 15, p. 53-72, 20 dez. 2009.

DIAS, R. C. Relações de poder na Alta Idade Média e suas ressonâncias no defensor *pacis* de Marsílio de Pádua: análise comparativa de documentos de épocas distintas. In: VIII Jornadas de estudos Antigos e Medievais. 2010 ago, Maringá. Anais eletrônico... Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2009/trabalhos.html>>. Acesso em: 15 out. 2019.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GRABMANN, M. Pesquisas de história literária: as sumas teológicas em geral. In:\_\_\_\_\_. **Introdução à Suma Teológica de São Tomás de Aquino**. Petrópolis: Vozes, 1944, p. 5-10.

LE GOFF. **Os intelectuais da Idade Média**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

LE GOFF. Do movimento à instituição. In:\_\_\_\_\_. O apogeu das cidades medievais. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 79-121.

LE GOFF, J. Cidade. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C (Orgs.). **Dicionário analítico do ocidente medieval**. v. I. São Paulo: UNESP, 2017, p. 247-267.

LUPI, J. E. P. B. O método de argumentação na Filosofia Escolástica. In: TÔRRES, ROMANAZZI (Coord.). A Filosofia Monástica e Escolástica na Idade Média. **Mirabilia** 16 (2013/1), p. 170-177.

MAZIERO, L. M. Escola médica salernitana, procedimentos cirúrgicos, estéticos e Trotula De Ruggiero: um trabalho de campo em Salerno (Itália). **TRIM**, 11 (2016), p. 27-44.

OLIVEIRA, T. Poder e escolástica no ocidente medieval. **Dimensões**, vol. 25, 2010, p. 266-285.

PANOFSKI, E. Arquitetura gótica e escolástica. In:\_\_\_\_\_. **Arquitetura gótica e Escolástica**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 1-62.

POTESTAS. In: FERREIRA, A. G. **Dicionário de Latim-Português**. Porto: Porto, 1998, p. 903.

RUSSELL, B. A escolástica. In:\_\_\_\_\_. **História do pensamento ocidental**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2006, p. 220-270.

SOUZA, J. A. C. R. O pensamento gelasiano a respeito das relações entre a Igreja e o Império Romano-Cristão. In: SOUZA, J. A. C. R (Org.). **O reino e o sacerdócio: o pensamento político na Alta Idade Média**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 53-77.

STORCK, A. A escolástica latina medieval. In:\_\_\_\_\_. **Filosofia medieval**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

- TORRELL, J. P. Uma juventude movimentada (1224/1225-1245). In:\_\_\_\_\_. **Iniciação a santo Tomás de Aquino: sua pessoa e sua obra.** 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015. p. 1-18.
- VERGER, J. **As universidades na Idade Média.** São Paulo: UNESP, 1990.
- VERGER, J. Os médicos de Salerno. In:\_\_\_\_\_. **Cultura, ensino e sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII.** Bauru: EDUSC, 2001, p. 139-151.
- VERGER, J. O ensino universitário no século XIII: programas e métodos da faculdade de Artes. In:\_\_\_\_\_. **Cultura, ensino e sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII.** Bauru: EDUSC, 2001, p. 257-276.
- VIANA, A. P. S; OLIVEIRA, T. Um estudo da universidade medieval no século XIII por meio da historiografia. In: **X Congresso Nacional de Educação- EDUCERE.** Curitiba, novembro, 2011, p. 5711- 5725.